



Número: **0841562-12.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **24/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0852234-84.2016.8.15.2001**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MANOEL MATEU BARRETO (AUTOR)		JOMARIO DE VASCONCELOS COUTINHO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22973 817	24/07/2019 19:59	Petição Inicial	Petição Inicial
22973 822	24/07/2019 19:59	EXORDIAL DPVAT-MANOEL MATEU BARRETO	Documento de Comprovação
22973 824	24/07/2019 19:59	PROCURAÇÃO E DOCS PESSOAIS-MANOEL MATEU BARRETO	Documento de Comprovação
22973 826	24/07/2019 19:59	PROVAS-MANOEL MATEU BARRETO	Documento de Comprovação
22973 829	24/07/2019 19:59	COMPROVANTE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO-MANOEL MATEU BARRETO	Documento de Comprovação
23234 334	06/08/2019 12:12	Despacho	Despacho
23665 348	20/08/2019 13:12	Mandado	Mandado
23713 544	21/08/2019 15:45	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
23713 548	21/08/2019 15:45	MAPFRE	Devolução de Mandado

SEGUEM ANEXOS INICIAL, PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS!



Jomário de Vasconcelos Coutinho

Advocacia, Consultoria e Assessoria Jurídica e Empresarial

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ____º JUIZADO ESPECIAL
CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

Distribuição por dependência
Proc. nº. 0852234-84.2016.8.15.2001

MANOEL MATEU BARRETO, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o nº. 092.006.964-90 e RG de nº. 2.843.620 - 2ª via - SSDS/PB, residente e domiciliado n Sítio Pitanguinha, s/n, Zona Rural, CEP 58.278-000, Jacaraú/PB, por seu Procurador e Advogado "*in fine*" assinado, legalmente constituído nos termos do instrumento procuratório anexo, vêm, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei 6.194/74 e art. 275 do CPC, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO
OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face de **VERA CRUZ SEGURADORA S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 61074175/0001-38, podendo ser citada na Av. Eptácio Pessoa, nº. 723, Bairro dos Estados, CEP 58013-120, João Pessoa/PB, expondo e requerendo ao final o que se segue:

Ab initio, cumpre esclarecer, Excelência, que a parte Autora não tem condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo de sua própria subsistência e da sua família, conforme declarado, razão pela qual **REQUER** **lhe seja concedido o benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, *ex vi* o disposto na Lei 1.060/50.

I – PRELÓQUIO:

A parte Promovente sofreu acidente causado por veículo automotor de via terrestre, que lhe ocasionou seqüela definitiva e irreparável, fazendo, desta forma, jus ao seguro obrigatório (DPVAT), consoante estabelecido na Lei 6.194/74.

cels. (+55) 83 98874-9800 / 99948-9522 / 99127-1617
e-mail: jomariocoutinho@gmail.com



II – DO ESCORÇO FÁTICO:

O Requerente sofreu acidente decorrente de veículo automotor de via terrestre ocorrido na cidade de Jacaraú/PB.

O Promovente no dia 24/11/2012, transitava em uma motocicleta pela estrada da cidade de Jacaraú/PB, quando um veículo obstruiu sua passagem, fazendo com que o mesmo perdesse o controle e viesse a cair.

Após o acidente o Demandante sofreu escoriações e lesões de natureza grave, tendo sido socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde teve que retornar para realizar tratamento cirúrgico.

Portanto, pelos fatos apresentados e documentos acostados, comprovado está o direito líquido e certo da parte Promovente ao recebimento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no devido valor estipulado na Lei 6.194/74.

III – DO MERITUM CAUSAE:

III.1 – Da Legitimidade Ativa *Ad Causam*:

Tem-se como requisito para o recebimento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, qualquer pessoa que sofra danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, independentemente da comprovação de culpa.

Ante o exposto acima, não há dúvida de que o Requerente seja parte legítima ativa para a causa, como auferido pelos documentos inclusos a presente.

Desta forma, incontestavelmente está provado por tais documentos, o enquadramento do Autor em uma das hipóteses do Art. 3º da Lei 6.194/74 e o nexo causal, ou seja, que sua invalidez permanente abrolhou em decorrência do acidente alures descrito.

III.2 – Da Legitimidade Passiva *Ad Causam*:

Devido a existência de um consórcio nacional obrigatório, FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização), qualquer seguradora que faça parte da FENASEG é parte legítima passiva para figurar em demandas que pleiteiem a indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Estando o sobredito amplamente amparado na lei, doutrina e nas melhores jurisprudências sobre esta questão. Conforme se depreende abaixo:

**"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO
OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE -**



SEGURADORA - Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6186, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 - Uberlândia - 1ª C. Civ. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001) (grifo nosso)

"SEGURO OBRIGATÓRIO - LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS - É da responsabilidade da seguradora o pagamento de indenização à vítima, bastando para tanto, que se comprove a existência do fato e suas consequências danosas. A nova sistemática, obriga indistintamente todas as seguradoras consociadas integrantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros privados e de capitalização. (TA-PR. Ac. Unânime da 2. Câmara Cível de 06/03/1996 - Ap. 87.558-3 - Rel. Juiz Roberto Costa - "A marítima CIA de seguros X Creuza Mara de Carvalho). (grifo nosso)

Com isto, indubitavelmente e sem maiores complicações ou delongas, está caracterizado que a seguradora Ré é parte legítima passiva para atuar no pólo passivo desta lide.

III.3 – Inexigibilidade de Prévio Procedimento Administrativo:

Deve-se observar que a Lei nº 6.194/74 não fez qualquer exigência quanto a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, bem como, a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

E se pelo contrário, fosse exigido tal procedimento prévio, haveria a violação dos princípios da inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional, além de ferir também dispositivo constitucional expresso.

Corroborando o entendimento acima, menciona o princípio da legalidade, que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. E com relação ao particular, este está permitido a agir livremente, desde que não haja vedação legal.

Destarte, peculiarmente sobre o caso em análise, além de não existir proibição legal, a Magna Carta garante o ingresso ao Judiciário a todos aqueles que estiverem sofrendo lesão ou ameaça a direito.

Consoante o posicionamento anterior, segue o ensinamento do culto Alexandre de Moraes, ao registrar palavras a respeito da inexistência de jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado:

"Inexiste a obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para



obter-se o provimento judicial, uma vez que excluiu a permissão, que a emenda constitucional de n.º 07 a Constituição anterior estabeleceria, de que a lei condicionasse o ingresso em juízo à exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário". (grifo nosso)

Compartilha do mesmo entendimento acima, a melhor jurisprudência, ao expor que:

Ação de cobrança - Seguro obrigatório (DPVAT) – Pedido administrativo prévio - Desnecessidade - Inafastabilidade da apreciação jurisdicional - Irretroatividade da Lei nº 8.441/94 - Inaplicabilidade de resolução do CNSP que fixa valor indenizatório – Recurso meramente protelatório - Litigância de má-fé - Condenação mantida.

Não há que se exigir prévio pedido administrativo de indenização junto à seguradora para posterior ingresso em juízo, tendo em vista o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário. Quando os pedidos são fundados exclusivamente na Lei nº 6.194/74, é irrelevante o argumento de que a Lei nº 8.441/94 não retroage. Considerando o critério hierárquico de interpretação das normas, deve prevalecer a disposição do texto da lei federal (Lei nº 6.194/74) e não as normas regulamentadoras do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) quanto à fixação do *quantum* indenizatório. (1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº 223.05.178621-6 - Rel. Juiz João Martiniano Vieira Neto) .Boletim nº90 (grifo nosso)

Portanto, conforme o relatado, torna-se caracterizado a desnecessidade de procedimento administrativo prévio, por está de acordo com os princípios basilares constitucionais, visto que, qualquer forma de exigência a prévio esgotamento das vias administrativas, denota-se ilegal e inconstitucional.

No entanto, mesmo apesar dos dispositivos acima expostos, a parte Autora pleiteou administrativamente o seguro DPVAT, porém seu pleito fora impedido, conforme documentação acostada!

III.4 – Da Documentação:

Leciona os arts. 5º e 7º da Lei 6.194/74, que para se fazer prova ao recebimento do seguro obrigatório DPVAT, independe, de maiores complicações probatórias, pois vejamos:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)

"Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (grifo nosso).



É de se constatar que a própria Lei 6.194/74 não cria quaisquer obstáculos burocráticos para que se receba a indenização do seguro obrigatório DPVAT.

No entanto, na maioria das vezes, como se tem visto no cotidiano, as seguradoras integrantes da FENASEG, vêm, impondo empecilhos para que se possa auferir o citado seguro, bem como, administrativamente, têm pago valores bem aquém do que determinado na lei.

Estando a matéria sobredita, no art. 7º, já sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça, dispondo o seguinte:

"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". (grifo nosso)

Sendo tal entendimento seguido, e também sumulado, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no qual aborda de forma bem mais ampla as questões referentes ao seguro DPVAT e indubitavelmente pertinentes a esta celeuma, além de robustecer e tornar inconteste o direito do Autor, ao dispor que:

“SÚMULA Nº 14 – DPVAT (revisada em 24/04/2008)

VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO. - É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução. A alteração do valor da indenização introduzida pela M.P. nº 340 só é aplicável aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 29/12/2006.

QUITACÃO. - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.

CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, inocorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.

GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, ou do valor máximo vigente na data do sinistro, conforme este tenha ocorrido, respectivamente, antes ou depois de 29/12/2006.

PAGAMENTO DO PRÊMIO. - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório.



COMPLEXIDADE. - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML.

APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação. Outrossim, para os sinistros ocorridos a partir de 29/12/2006, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro.

CORREÇÃO MONETÁRIA. - A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.

JUROS - Os juros moratórios incidirão sempre a partir da citação, mesmo tendo havido pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido”. (destaques nosso)

Salienta ainda, que as TURMAS RECURSAIS CÍVEIS DO ESTADO DA PARAÍBA, vêm brilhantemente, decidindo na mesma linha de entendimento dos raciocínios supraditos, pois vejamos:

"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA - AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS SENTENÇA MANTIDA -RECURSO PROVIDO. Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a lei nº 441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio”. (Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data Decisão: 19/12/2000.Natureza: RECURSO, INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CÍVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE – 2ª REGIAO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE) (grifo nosso)

"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEICULO - RECUSA AO PAGAMENTO - PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO. A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro. Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a



com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Sumula n. 251 do STJ). (grifo nosso)

"LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - PENALIDADE REQUERIDA PELO RECORRIDO - RECURSO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO - EXEGESÊ Do ART. 18, INC. VII, do CPC. Restando' configurado o manifesto intuito protetatório do recurso inominado, impõe-se ao recorrente a sanção gizada no art. 18 do CPC. Sentença mantida por seus próprios fundamentos (art.46, lei 9.099/95)". (Relatar: JUIZ JOSE HERBERT LUNA LISBOA. Ano: 2002. Data Decisão: 17/01/2001. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CIVEL. Procedência: CAPITAL – 1ª REGIÃO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL)" (destaque nosso)

Desta maneira, mister apenas para o recebimento do seguro obrigatório DPVAT, a comprovação do nexo causal, ou seja, que os danos pessoais causados, foram decorrentes de acidente causado por veículo automotor de via terrestre. Estando no presente caso, irrefragavelmente comprovado pelas provas já anexas.

Portanto, por tudo que foi demonstrado e pela vasta prova documental inclusa, demasiadamente está comprovado que a parte Requerente faz jus a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que comprovou através dos documentos anexos, que sua debilidade permanente decorreu de acidente de veículo automotor de via terrestre.

III.5 – Do Montante Indenizatório:

Com referência ao valor do pagamento, no caso em análise, este deve ser equivalente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Importante destacar MM Juiz, que a alteração trazida pela lei nº. 11.945/2009, mostra-se descabida, uma vez que vem a tabelar partes do corpo humano, o que é impossível de se por valor, pois totalmente subjetivo e nem se sabe quais critérios foram adotados para o referido tabelamento.

Sendo assim, para o caso em tela, deve-se ser a aplicado o valor fixo, como ocorre no caso de morte, e na invalidez total permanente. Impondo-se o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) que corresponde a 100% do valor total da indenização, como valor fixo aos casos em que ocorrer debilidade permanente, para que não venha existir critérios de discriminação e nem injustiças!!!

Impende ressaltar que a limitação existente na parte Autora é de caráter definitiva, perdurando esta seqüela para o resto da sua vida, não podendo o mesmo praticar diversas atividades como uma pessoa normal faria, inclusive afetando diretamente suas atividades laborativas!



Desta forma, resta provado que é direito da parte Autora, a indenização do seguro obrigatório DPVAT no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, não deixando margens para interpretações diversas.

Portanto, está cabalmente provado que a parte Requerente possui direito sobre o que requer, estando embasado pela doutrina, lei e jurisprudência, não havendo necessidade de maiores obstáculos e contratempos.

IV – DO CARATER EMINENTEMENTE ASSISTENCIAL DA LEI Nº. 6.194/74:

Não se pode perder de vista o caráter eminentemente assistencial da Lei 6.194/74 que regulamenta o Seguro Obrigatório DPVAT, que tem por exclusivamente o escopo de assegurar assistência financeira ao acidentado, devendo em caso de dúvida, esta lei ser aplicada de forma mais benéfica ao acidentado, e, sobretudo, em virtude do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Impende destacar que a citada lei foi criada com fim de amenizar os traumas e seqüelas sofridas pelo acidentado e não gerar lucros para o consorcio de seguradoras, mas o que vemos é exatamente o contrário, pois a Lei nº. 6.194/74 vem gradativamente sendo modificada para atender os fins lucrativos das seguradoras, fugindo desta forma do seu primordial escopo, que é o de tentar suprimir ao menor que seja o sofrimento daqueles que se envolveram em acidentes de trânsito. Sendo assim, não pode o poder Judiciário permitir que tamanha injustiça continue a acontecer, uma que este deve primar pela garantia de direitos da sociedade!

Outro ponto de bastante relevância justificador do caráter assistencial da Lei 6.194/74 é que a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT é paga a qualquer pessoa vítima de acidente causado por veículo automotor de via terrestre e que haja ocorrido como consequência seqüela permanente, independentemente do poder aquisitivo do acidentado, bem como da existência ou não de culpa sua!

Sendo assim, deve o Poder Judiciário como medida de justiça, aplicar a lei de forma mais benéfica ao cidadão, mirando este como espedaço basilar da democracia, sobrepujando o interesse coletivo em detrimento de uma minoria que apenas almeja lucros exorbitantes.

Por isso nobre Magistrado, torna-se imperioso como medida e aplicação de justiça o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT ao Autor no devido valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

V – DOS PEDIDOS:

ISTO POSTO, e de acordo com todo o esposado, **REQUER** a Vossa Excelência, que se digne em:



1 - determinar a CITAÇÃO da empresa Demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão, no endereço supramencionado;

2 - julgar procedente *in totum* todos os pedidos formulados na presente exordial, condenando a empresa Promovida ao pagamento de uma INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devidamente atualizado e corrigido;

3 - conceder os benefícios da gratuidade judiciária, com fulcro nos arts. 98 a 102 do CPC, bem como, no que couber na forma dos termos da Lei nº 1.060/50, uma vez que, tendo condições de arcar com os dispêndios processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família;

4 - condenar a Ré em custas judiciais e demais emolumentos a que der causa, bem como, ao pagamento de honorários advocatícios advindos desta, na base de 20 %, sobre o total da condenação, devidamente atualizado e corrigido;

Protesta ainda e requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, perícias, vistorias, juntada de novos documentos, entre outros.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

João Pessoa, 24 de julho de 2019.

Jomário de Vasconcelos Coutinho
OAB/PB nº. 14.135-B

Ouve, Senhor, a causa justa, atende ao meu clamor, dá ouvidos à minha oração, que procede de lábios não fraudulentos. SI17.1)



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

NOME: MARCEL MATEU BARRETO
QUALIFICAÇÃO: BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR
ENDEREÇO: SÍTIO PITANGUINHA, SIN, ZONA RURAL,
SACARAÚ/PB
CPF/MF: 092.006.964-90 RG.: 2.843.620-22 VIA-SSDS/PB

OUTORGADO:

JOMÁRIO DE VASCONCELOS COUTINHO, inscrito na OAB/PB sob o nº. 14.135-B, com endereço profissional situado na Av. Vasco da Gama, 1034, Jaguaribe, João Pessoa/PB.

PODERES:

Amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, como também em seara administrativa, perante Órgãos Públicos, Autarquias, Empresas Públicas, especialmente com relação ao INSS, para solicitar e postular quaisquer tipo de benefícios e/ou cópias de documentos e/ou processos, bem como, realizar agendamentos, podendo ainda requerer quaisquer documentações em hospitais e/ou clínicas, sejam públicos ou particulares, bem como, podendo propor a quem de direito, qualquer tipo de ação, se necessário for, e defender nas contrárias, até final decisão, usando dos recursos legais convenientes, podendo praticar atos extrajudiciais de representação e defesa, em especial com poderes para receber citação, intimação ou notificação, representar em audiências, confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito ao qual se funda a ação, receber e dar quitação, abrir conta em banco, arrematar, adjudicar, renunciar a direitos, permutar, requerer e receber alvará judicial, RPV e/ou precatórios, junto a quaisquer instituições bancárias, endossar cheques, gravar bens, prestar contas, agindo em conjunto ou separadamente, podendo substabelecer, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por firme, certo e valioso. Obriga-se o(a) Outorgante a pagar ao Outorgado, pelo cumprimento da presente procuração, o pagamento de trinta por cento de tudo que receber pela proposição da referida Ação, bem como, ao pagamento de despesas realizadas em função da mesma.

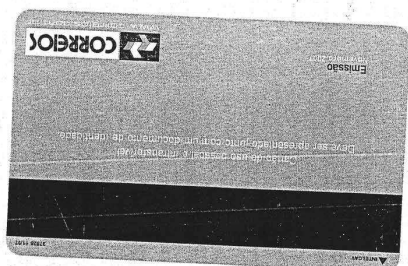
GRATUIDADE JUDICIÁRIA:

Declara ainda o(a) Outorgante que é necessitado(a) na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas processuais e honorários de advogados, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, e, portanto, solicita o benefício da **JUSTIÇA GRATUITA**.

_____, ____ de _____ de 20 ____

Marcel Mateu Barreto
OUTORGANTE





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	2.843.620 - 2 VIA
DATA DE EXPEDIÇÃO	11/03/2008
NOME	MANOEL MATEU BARRETO
FILIAÇÃO	BERTOLO MATEU BARRETO MARIA DA CONCEIÇÃO
NATURALIDADE	JACARAU-PB
DATA DE NASCIMENTO	04/08/1974
DOC. N.º	13518 FLS.168V LIV.A13
CARTÓRIO	JACARAU PB
CPF	
Assinatura do Diretor	<i>Manoel Mateu Barreto</i>
LEI Nº 7.116 DE 29/06/83	

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF	
Cadastro de Pessoas Físicas	
Número de Inscrição	
092.006.964-90	
Nome	MANOEL MATEU BARRETO
Nascimento	04/08/1974

CARTEIRA DE IDENTIDADE	
<i>Manoel Mateu Barreto</i>	
	
	
SECRETARIA DA SEGURANÇA DA GARRA INSTITUTO DE POLÍCIA GARRA DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
ESTADO DA PARALIBA DIP:074	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	






GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Rua Manoel Rufino da Silva, SN, Central de Polícia - João Paulo II, João Pessoa - PB, CEP: 58076-005

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 3729/2015

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Francisco Deusdedit Leitão Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 15:13h, compareceu o (a) Senhor (a): **MANOEL MATEU BARRETO**, brasileiro, natural de Jacaraú/PB, solteiro, com 42 anos de idade, Agricultor, Alfabetizado, filho de Bertolo Mateu Barreto e de Maria da Conceição, RG. 2.843.620-SSP/PB, residente no Sítio Pitanguinha, SN, zona rural, Jacaraú/PB, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 24/11/12, por volta das 17:00h, quando conduzia a motocicleta de marca YAMAHA/YBR 125K, cor preta, ano 2006/2007, de placa MNM-7802/PB, chassi nº 9C6KE092070091664, registrada em nome de José Paulino Batista Filho, pela estrada da cidade de Jacaraú/PB, ao desviar de um veículo que obstruiu sua passagem, o notificante perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer traumatismo crânio encefálico leve e traumatismos múltiplos não especificados, sendo conduzido ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 18 de novembro de 2015.


Notificante


Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 125.502 J
Escrivão





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MANOEL MATEU BARRETO

DATA DE NASCIMENTO 04/08/74

NOME DA MÃE MARIA DA PAZ BARRETO

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 669.391

Nº PRONTUARIO

DATA DO ATENDIMENTO 24/11/12

HORA DO ATENDIMENTO 20:03

MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA

DIAGNÓSTICO (S) TCE LEVE + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS

CID 10 S 00.9 + T 07

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta, apresentando TCE + perda de consciência, trauma no cotovelo e tornozelo D, além de ferimento corto-contuso no supercílio D e escoriações em região infraorbitária D. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do crânio - AP e P

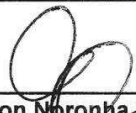
RX do cotovelo D - AP e P

TRATAMENTO:

Sem alterações aos RX. Realizado atendimento, sutura e tratamento conservador aos cuidados da Neurocirurgia, Ortopedia e BucoMaxiloFacial.

ALTA HOSPITALAR: 24/11/12

DATA DA EMISSÃO: 26/01/15


Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 25167/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MANOEL MATEU BARRETO
DATA DE NASCIMENTO 04/08/74
NOME DA MÃE MARIA DA PAZ BARRETO

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 673.377
Nº PRONTUÁRIO 70.895
DATA DO ATENDIMENTO 24/12/12
HORA DO ATENDIMENTO 08:05
MOTIVO DO ATENDIMENTO RETORNO - ORTOPEDIA
DIAGNÓSTICO (S) LUXAÇÃO GLENO-UMERAL D
CID 10 S 43.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta, há cerca de 27 dias, onde esteve interno, sendo encaminhado da clínica Central de Fraturas, apresentando dor + limitação dos movimentos do ombro D e luxação gleno-umeral D. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.


EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do ombro D - AP e Oblíqua

TRATAMENTO:

Luxação gleno-umeral ao RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Thales Maia

ALTA HOSPITALAR: 03/01/13
DATA DA EMISSÃO: 29/09/15


Dr. Ewerton Moronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



SIS DPVAT - Sinistros

Seguradora Líder do Consórcio da Seguros DPVAT

Sistema: SISDPVAT-4.0.1.1 | Alterar Perfil | Documentar Sinistro

Sinistro

Ações:

- Avista Seguradora Líder
- Ativa
- Va Buscar processo
- Legenda
- Recuperação

Resumo

Ativo Seguradora Líder

Identificação

Natureza do Sinistro: Judicial

CPF do Proprio: MANOEL M

Data da emissão: 04/05/1971

Sinistro Referencia

Vítima: MANOEL HATEU BARRETO

Data de nascimento: 04/05/1974

CPF: 092.006.964-90

Data do sinistro: 24/11/2010

Numero do sinistro: 3100112109

Seguradora: 0230

Natureza: Invalidez Parcial

Código de Regulação: Cancelado

Sequência: 001

Dependência: 001

Judicial

Devido ao sinistro judicial referenciado, somente prosseguir cadastrando após apresentação de documento oficial comprovando a extinção da ação judicial, com trânsito em julgado. Se afirmativo, registrar a entrega de tal documento na categoria "Outros", cancelar o cadastramento e efetuar a remessa da documentação para digitalização. O envio será automaticamente submetido à aprovação da Seguradora Líder, que permitirá ou não a entrada em regulação. Caso não prosseguir com o cadastramento:

Sim Não

Ativo

Processo: 107

Modulo de Sinistro: 1

10/05/2017





Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0841562-12.2019.8.15.2001

DESPACHO

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia médica. Portanto, a audiência prévia de conciliação poderá ser postergada para momento posterior ao do exame pericial, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Requerimento prévio administrativo, consoante ID 22973829.

Em consequência, CITE-SE a promovida para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia.

DEFIRO a justiça gratuita, consoante art. 98 do NCPC (ID 22973824).

P. I. C.

J.Pessoa, 6/8/2019

ONALDO ROCHA DE QUEIROGA

Juiz da 5ª Vara Cível

Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA()

Nº do processo: 0841562-12.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: M A P F R E V E R A C R U Z S E G U R A D O R A S / A Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 5 8 0 3 0 - 0 0 0 para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, conforme despacho proferido nos autos, cujo teor, em síntese, é o seguinte:

"CITE-SE a promovida para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia."

JOÃO PESSOA, em 20 de agosto de 2019.

De ordem, JULIANA AMORIM NUNES COSTA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

19072419591730400000022282335

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, no dia 21/08/2019, às 11h32min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou Fé.

João Pessoa, 21 de agosto de 2019.

GIOVANNY MEDEIROS VILLAR

Oficial de Justiça Avaliador

Mat. 470.252-2

Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA()

Nº do processo: 0841562-12.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte
Nome: **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000
para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, conforme despacho proferido nos autos, cujo teor, em síntese, é o seguinte:

"CITE-SE a promovida para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia."

JOÃO PESSOA, em 20 de agosto de 2019.

De ordem, JULIANA AMORIM NUNES COSTA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

19072419591730400000022282335



Assinado eletronicamente por: JULIANA AMORIM NUNES COSTA
20/08/2019 13:12:06
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 23665348



MAPFRE Seguros
Liliani Camacho
Emissão Em Geral
Tel (03) 3444-5333

21-08-19
11:32

imprimir

19082013120671400000022933165

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, no dia 21/08/2019, às 11h32min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou Fé.

João Pessoa, 21 de agosto de 2019.


GIOVANNY MEDEIROS VILLAR

Oficial de Justiça Avaliador

Mat. 470.252-2